

**Os usos políticos do passado: a construção da história da União Nacional Dos
Estudantes na sua reconstrução (1976-1979)**

Angélica Müller*

RESUMO

O presente trabalho tem por intuito analisar a construção histórica da União Nacional dos Estudantes (UNE) feita pela Memorex, uma revista publicada pelo Diretório Central dos Estudantes da USP em 1979 que narra a trajetória da entidade. Este ano representa o marco de reconstrução da UNE pelo movimento estudantil. Tal reconstrução se baseia em uma nova cultura política centrada na luta pela democracia. As diferentes tendências do movimento reconstituíram esse passado a partir de questões do presente com o objetivo de legitimar a batalha contra o regime militar.

Palavras-chave: uso político do passado; redemocratização; UNE.

ABSTRACT

It intends to analyze the building up process of the Brazilian National Union of Students' (UNE) history done by Memorex, a publication of the University of Sao Paulo Students' Representative Council which reported, in 1979, UNE's trajectory. That year represents the UNE rebuilding process by the student movement which is performed in a new political culture centred on the fight for democracy background. Then, different tendencies in that movement had rebuilt the past from present issues aiming to legitimate the struggle against the military regime.

Key words: Political uses of the past; Redemocratization; UNE.

Este artigo é parte integrante da tese de doutorado que está em andamento e tem como propósito analisar a reestruturação do movimento estudantil no período da redemocratização brasileira, privilegiando a UNE (União Nacional dos Estudantes). Procura verificar quais os grupos políticos que atuavam no interior dessa entidade, seus projetos relacionados à reconstrução da democracia e o papel reservado à educação. Procura mostrar também a disputa interna nessa entidade que representava os universitários nacionalmente. Além disso, analisa suas relações com os movimentos sociais da época e com os partidos políticos que se reorganizaram nesse período de redemocratização do país.

Depois do Ato Institucional n. 5 (AI-5), o Movimento Estudantil (M.E.) entrou na clandestinidade, a UNE foi extinta e muitos de seus militantes acabaram se integrando em grupos guerrilheiros. Já no início da década de 1970, diante da impossibilidade de atuação

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social – USP.

legal do M.E. articulado, vários jovens começaram a trabalhar para sua reestruturação, ainda no período mais duro da repressão.

Na primeira metade da década, como aponta Mirza Pellicciotta (1997), as atividades se desenvolveram principalmente no âmbito cultural e na formatação das Executivas de Cursos e formação dos Diretórios Centrais Livres (DCE's), caso da Universidade de São Paulo, com o DCE Alexandre Vanucchi Leme¹.

A partir disso, sentiu-se a necessidade de rearticular o movimento através das suas entidades representativas: as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O ressurgimento do movimento estudantil, neste momento, esteve ligado a um processo de reflexão (autocrítica) sobre a derrota (política e militar) da luta armada. O debate realizado pela maior parte da esquerda orientou-se pela proposta da luta pela redemocratização² e cabe lembrar que o slogan proposto para as passeatas de 1977 era “Pelas liberdades democráticas”.

Nesse sentido, o histórico do próprio movimento e principalmente os últimos tempos em que a repressão foi mais dura, serviram de reflexão para criação de uma nova “auto-consciência coletiva” que passaria a definir a postura do movimento estudantil com relação às novas lutas e também às antigas baseadas a partir da idéia, como ressalta Napolitano, de resistência civil e democrática.

Essa nova postura pode ser encarada como o nascimento de uma nova cultura política. Segundo Serge Bernstein, a cultura política orienta a conformação coletiva de uma visão comum de mundo, a partir de uma leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças e valores que constituem um patrimônio indiviso (BERSTEIN,1998, p.362)

Se a geração de 1968 preconizava uma cultura política revolucionária, em que a radicalidade estava centrada na luta armada, a nova geração assumiu uma postura, a partir daquela experiência que não teve sucesso, apostando num novo tipo de luta de resistência contra o regime autoritário, assumindo como tática de enfrentamento político o “confronto

¹ O nome do diretório foi uma homenagem ao estudante de geologia da universidade, militante da ALN, que morreu durante a ditadura.

² Napolitano ressalta que a questão democrática passou a ser pensada por amplos setores da esquerda brasileira dos anos 70 basicamente através de duas leituras “ora por uma reafirmação das alianças em torno da democratização institucional, como no caso do PCB; outra pela derrota da revolução da vanguarda (produto das cisões do PCB e dos grupos contra o partido), buscando uma estratégia para construir a democracia a partir dos movimentos sociais como um todo”. In: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002. p. 21.

pacífico”. É importante salientar que essa nova proposta das esquerdas orientou-se pelo objetivo da luta pelas liberdades democráticas, mas tal posição não foi unânime.

Apesar de considerarmos que uma nova cultura política orientada para a democracia foi se configurando a partir da segunda metade da década de 1970, há que se levar em consideração a pluralidade de projetos, idealizados por grupos políticos diversos orientados por perspectivas políticas diversas: alguns deles ainda acreditavam num enfrentamento militar e encaravam a nova postura apresentada como reformista.

Várias tendências ideológicas, basicamente de esquerda, compõem este cenário e disputam internamente a hegemonia da UNE. Somente para citar dois grupos: o primeiro, liderado por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com apoio de parte da Ação Popular (AP), força hegemônica no M.E. da década de 1960, que previa, entre outros quesitos, a manutenção do modelo de gestão das entidades estudantis (uma diretoria encabeçada por um presidente – “a vanguarda do movimento”).

E o segundo, contrapondo-se a este, as correntes trotskistas, sendo que a maior e mais forte delas naquele momento era a tendência Liberdade e Luta – Libelu, que tinha preeminência no DCE da USP no final da década de 1970. Essas correntes acreditavam que as entidades não poderiam ser mais “super-estruturais” que, nessa visão, significava um todo orgânico desligado politicamente das suas bases. Apostavam na formação de “diretorias orgânicas” que pudessem “circular” pelas faculdades ao mesmo tempo estando fora do alcance da repressão³. Cabe salientar que as duas correntes citadas encampam a bandeira das “liberdades democráticas”.

Ao analisarmos os preparativos para reconstrução da UNE, que acontece na cidade de Salvador em 1979, observamos a necessidade de seus representantes realizarem um histórico da entidade a fim de recuperar a trajetória do movimento. Essa reconstituição do passado acabou servindo como eixo norteador das novas propostas ora, ressaltando as qualidades do modelo no qual estava pautada aquela articulação, ora contestando-o ao apontar os erros cometidos. Aqui se evidencia o “uso político do passado”, pois o intuito do histórico era evidenciar uma trajetória de luta capaz de legitimar a batalha contra o regime militar.

O resgate histórico da entidade, neste momento, torna-se emblemático: passa a ter uma função de respaldo para revalorização e moralização da mesma. Serve também como uma estratégia política através do uso da memória com a finalidade de definir uma nova

³ O conteúdo descrito neste parágrafo foi retirado de um documento de tendência trotskista, que provavelmente seja da própria LIBELU (não datado), uma vez que o fundo da Livraria Palavra/CEMAP (caixa 123), que se encontra no CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP, é basicamente composto por documentos dessa tendência.

identidade ao movimento. Cabe lembrar que vários estudiosos da memória se referem à relação entre memória, história e identidade coletiva reforçadas mutuamente ao adquirirem uma dimensão política.

Segundo o historiador espanhol, Pedro Ruiz Torres, a história ocupa o centro do debate político, principalmente no momento de formação de uma identidade nacional, e serve para justificar as opiniões e ações mais diversas (TORRES, 2001, p. 129). A historiadora argentina, Diana Quattrocchi-Woisson afirma, nessa mesma direção, que as forças políticas e sociais utilizam o passado e suas referências para legitimar as origens de um movimento, para justificar os seus privilégios ou para abolir os de outros (QUATTROCCHI-WOISSON, 1991, p. 227).

Foi com este intuito que o DCE da USP, em 1979, publica *MEMOREX: elementos para uma história da UNE*, uma revista que procura fazer um resgate histórico da trajetória da entidade desde sua fundação apontada, nesta obra, em 1937⁴. A publicação, elaborada cronologicamente, traz à tona os principais momentos da entidade estudantil tendo por base documentos de época (incluindo periódicos) mas, principalmente, a partir dos excertos extraídos do livro escrito pelo jornalista Arthur Poerner, *O Poder Jovem*. Cabe salientar que em toda publicação há poucas referências bibliográficas e os textos são colocados sem as devidas referências parecendo, dessa maneira, que a autoria dos mesmos, é da própria comissão organizadora do volume, que também não é registrada.

A introdução (apesar de não existir esta denominação, nem um sumário para melhor ordenar a distribuição dos escritos que também não contêm números de páginas) cita um trecho do livro de Álvaro Vieira Pinto demarcando o conceito de universidade para aqueles estudantes:

“Universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país. Se tal é a essência da Universidade, desde logo se vê que o problema de sua reforma é político e não pedagógico”. (PINTO apud MEMOREX, 1979)

Quattrocchi-Woisson referindo-se a uma certa experiência argentina, define o uso do discurso histórico para a construção de uma nova identidade política como “contra-história militante”. Ela se configura dentro de um duplo combate: contra um grupo político dominante

⁴ Outra versão para fundação da UNE foi apresentada em minha dissertação de mestrado onde, através da documentação pesquisada, foi evidenciada a fundação da entidade em 1938. Para um aprofundamento da questão ver: MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a Sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE no Estado Novo*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

e contra a concepção ideológica que o orienta. Ainda comenta que o papel desta “contra-história” é o de fornecer um programa político para aqueles que querem reencontrar uma orientação política capaz de questionar eficazmente a que se impõe no momento. (QUATTROCCHI-WOISSON, 1991, p. 230).

Memorex deixa transparecer o pensamento daquele grupo de estudantes sobre suas percepções e concepções daquela história recente. Publicar este histórico significava legitimar uma linha de combate contra o regime vigente.

Pedro Torres nos lembra que toda história é filha de seu tempo e a conjuntura política do momento interfere naquilo que é produzido. Se olharmos para esta questão basta nos restringirmos à primeira parte da publicação, que compreende a releitura do primeiro governo de Getúlio Vargas, observamos que, em relação ao Estado Novo, há uma ênfase no autoritarismo do regime instituído em 10 de novembro de 1937. Em meia página fica ressaltada essa experiência através de cinco itens: 1)- Fechado o Congresso Nacional. 2)- Criada a censura à imprensa, rádio, teatro, cinema, etc... 3)- Fim das liberdades sindicais 4)- Fim das garantias individuais 5)- **Fim das liberdades democráticas**”. (grifo meu)

Marcos Napolitano considera que a nova cultura política em construção, baseada na defesa da democracia, concentrava sua “radicalidade” na luta por “liberdades democráticas”, palavra de ordem que anos antes era considerada “liberal” e “conciliadora” (NAPOLITANO, 2002, p. 42).

Os representantes do movimento estudantil que reescreveram esta etapa da história nacional na década de 1970 destacam o caráter autoritário do Estado Novo com a finalidade de justificar e legitimar a luta contra o regime militar. A história ali descrita foi construída em função do presente. Retratar o passado para reforçar as posições defendidas no presente: este é um dos intuitos da obra. Mais do que isso, a relação passado *versus* presente tem como finalidade também projetar o futuro.

Também podemos notar a instrumentalização da história no documento quando o mesmo passa a referenciar a hegemonia de outras correntes no M.E. em distintos momentos.

Num primeiro momento, ainda no final do Estado Novo, o texto refere-se ao surgimento e ascensão da UDN (União Democrática Nacional), sua estruturação como partido de oposição, seu vínculo direto à “grupos de intelectuais de esquerda” (ignorando o conjunto de liberais apontado por Benevides⁵ que formaram o partido) e mostra como o mesmo passou a ter hegemonia no M.E. no final do Estado Novo, lutando pela redemocratização do país.

⁵ Segundo Benevides (1988, p. 29) além das esquerdas, mais quatro grupos compuseram o conjunto que formou a UDN: as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados

Sem dúvida, divulgar fotos com cartazes “abaixo a ditadura”, dizeres sobre a “anistia ampla e irrestrita” e “por liberdades democráticas” reivindicadas por estudantes no fim do Estado Novo seria de fundamental importância ser evidenciadas no momento político vivido por aqueles que realizaram a publicação. Mais uma vez passado e presente estão juntos.

Em um segundo momento, no pós 1945, quando os partidos políticos voltam à cena nacional e, portanto, a disputa pela hegemonia da UNE também se evidencia, as atividades políticas do grupo vinculado a UDN que continua encabeçando a entidade até 1947, passam a ser desconsideradas por aqueles que estão reescrevendo a história da entidade nesse momento. Isto fica evidente quando vemos apenas um parágrafo para descrever o momento:

“Com o fim da ditadura, em 1945, a UNE sofreu até 1947 um relativo esvaziamento político, suas atividades nesse período ganham assim um tom assistencialista. (...) Fase esta senão de moderação política, pelo menos de ausência de bandeiras capazes de mobilizar nacionalmente os estudantes. Todavia, registra-se neste período o aparecimento de restaurantes e entidades estudantis, bem como a criação do balé da UNE e a reorganização do Teatro da UNE, dirigido por Sérgio Cardoso.” (MEMOREX, 1979)

Negar as movimentações dessa época evidenciando um pretense “esvaziamento político” é o mesmo que manipular a história, o passado, mostrando, assim, seu uso político.

O uso político do passado é corroborado de maneira mais intensa, com a volta da UDN, depois de um interregno socialista entre 1948-49, em 1950. *Memorex* identifica o “período negro” da UNE, de 1950 a 1956, quando o movimento estava dividido numa grande polarização entre “direita e esquerda”, sendo que “a direita” tinha hegemonia na entidade estudantil.

Esse grupo, que se intitulava como liberal na época, identificava-se a UDN, e eram liderados pelo estudante de engenharia Paulo Egydio Martins, um udenista, presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. Os autores da referida publicação, assim como Arthur Poerner, se referem ao período como uma época em que “não apresenta nada de excepcional que mereça registro”. As menções são tão restritas a esse período que nem mesmo os nomes dos presidentes das gestões que subseguiram a gestão de Olavo Jardim Campos, o primeiro deste campo, são mencionados.

depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945 e os grupos liberais com uma forte identificação regional. In: DELGADO, Lucilia de A. Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 137.

Cabe destacar que as duas primeiras gestões da UNE nesse período foram críticas ao governo de Getúlio Vargas. Como não poderia ser diferente uma vez que udenistas “à exceção de sua ala fisiológica, negavam-se a qualquer possibilidade de compromisso” (FERREIRA, 2003, p. 306) com o governo. Apesar da posição udenista contrária ao monopólio do petróleo, a UNE, pela força dos Centros Acadêmicos e Uniões Estaduais teve que continuar empunhando a bandeira do “Petróleo é Nosso”.

As três páginas da publicação descrevem apenas as atividades internacionais que a UNE realizou como seu desligamento da União Internacional de Estudantes (UIE) uma entidade de coloração comunista.

Apenas duas fotos, uma de Vargas recebendo estudantes e outra foto, de página inteira, do enterro de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, mostrando milhares de pessoas no aterro do Flamengo, ilustram o período.

Nota-se, assim, que certas conjunturas, de acordo com o pensamento daqueles que editavam a revista, não deveriam nem ser evidenciadas, pois, nessa situação, mais valia mostrar o apoio popular de Getúlio dentro de um regime democrático, que lutou contra os liberais conservadores e militares que naquele momento já tentavam dar um golpe, do que a posição que oficialmente a UNE tomou contra seu governo.

Jérôme Baschet (2001) ao refletir sobre a volta ao passado, mostra que a mesma também permite obter o conhecimento histórico para medir os erros e detectar impasses. Assim, o conhecimento do passado permitiria se separar dele para evitar novamente tornar-se “vítima”. A reconstrução desse passado serviria também como mais um momento de reflexão em busca de novas diretrizes a serem traçadas e realizadas.

Nesse sentido, seria mais coerente com a conjuntura do final da década de 1970 para os estudantes evidenciar o apoio popular do regime democrático - e do seu chefe - do que mostrar uma UNE que agia contra esse governo, portanto contra as reformas nacionais propostas para o período.

Propor uma análise do passado perpassando pela conjuntura política da época significava, de certa maneira, a procura por uma tática política que pudesse inviabilizar o projeto da ditadura interferindo, deste modo, no processo que estava se desenrolando. Torres observa que o desaparecimento ou o enfraquecimento de várias memórias em benefício de uma só é resultante de uma luta política por manter ou permitir a hegemonia de certos grupos sociais sobre outros.

A luta política, nesse caso, era travada no plano teórico. Se o regime militar bania, as liberdades de expressão e organização, correto era tentar suplantá-la. Uma

publicação que pudesse falar do passado estaria refletindo o presente. Bem mais que isso, estaria marcando posicionamento de um grupo em relação aquele presente e projetando suas idéias para o futuro.

É isso que vemos mais para o fim da publicação. A partir do golpe, ainda tratado como “revolução” - “uma revolução de muitos donos e modestos propósitos” – as referências, em sua grande maioria extraídas de jornais, falam da resistência dos estudantes, evidenciando, por exemplo, os congressos clandestinos realizados com sucesso.

As últimas páginas de *Memorex* são dedicadas a fotografias que mostram muito provavelmente (pois não existem as referências) as grandes passeatas realizadas em 1977, onde estudantes nas ruas carregam faixas com os dizeres: “pela Anistia ampla” e “pelas liberdades democráticas”.

Maria Paula Nascimento Araújo descreve que a luta pelas liberdades democráticas significou um redirecionamento da tática política dessa esquerda bem como também significou um esforço político empreendido por algumas organizações no sentido de uma luta política possível, que denunciasse e desgastasse a ditadura militar, sem levar a esquerda ao isolamento; ao contrário, que tivesse a possibilidade de granjear apoio e solidariedade junto a amplos setores da sociedade. (ARAÚJO, 2006, p. 160)

Com o insucesso da luta armada e o isolamento de muitos militantes naquela conjuntura, apontar um novo caminho seria a chave para o renascimento e permanência das lutas que o M.E. travava em prol da democracia no país. Neste sentido, se fez mister o uso político do passado através da construção do histórico da UNE como forma de projetar nova identidade política para a entidade.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) *Democracia e ditadura no Brasil*. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006. v. 1, p. 93-103.

- BASCHET, Jérôme. L'histoire face au present perpetual: quelques remarques sur a relation passé/future. In: HARTOH, François. REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passe*. Paris: Enquête – Éditions de L'École des hautes Études em Sciences Sociales, 2001. p. 55-74.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.
- DELGADO, Lucilia de A. Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.127-154.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954,1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 301-342.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História.).
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) *Democracia e ditadura no Brasil*. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006
- MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006.
- MEMOREX: elementos para uma história da UNE. São Paulo: DCE-livre da USP Alexandre Vannuchi Leme; Guaraná, 1979.
- MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. 131 p., anexos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002.
- PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PINTO, Álvaro Vieira. A questão da Universidade. Rio de Janeiro: Editora Universitária – UNE, 1962. In: *Memorex: Elementos para uma História da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná, 1979.
- POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. Du rosisme au péronisme: Le role de l'histoire dans la construction d'une identité nationale. In: PESCHANSKI, Denis. POLLAK, Michael.

ROUSSO, Henry. *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles, Editions Complexe, 1991. pp. 215-232.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1-3. (Coleção Oficinas da História; v. 1, 5, 8).

TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l’histoire em Espagne. Formes, limites et contradictions. In: HARTOH, François. REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passe*. Paris: Enquête – Éditions de L’École dès hautes Études em Sciences Sociales, 2001. pp. 129-156.